

DINÂMICAS DO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA #PARTIDA (2015-2017)

Gabriela Luiz Scapini¹

Mayara Bacelar Rita²

Maria Florência Guarche Ribeiro³

RESUMO

O movimento feminista brasileiro cresceu substancialmente nos anos recentes. A diversidade de blogs feministas e diferentes articulações possibilitadas pelo feminismo na web têm contribuído para o crescimento e fortalecimento do movimento no país. Face a essa conjuntura, no ano de 2015, observou-se a emergência de um projeto político feminista em nível partidário: cria-se o projeto a #partida, uma tentativa de formar um partido político ligado ao feminismo. Trazendo uma proposta ético-política feminista de democracia radical, a #partida é formada por militantes e intelectuais de diversas regiões do país que articulam-se majoritariamente através de mecanismos de web. Neste trabalho, busca-se analisar a construção desse novo partido político, resgatando a sua formação e trajetória recente e verificando como esse movimento surge enquanto uma alternativa que busca superar a dicotomia entre institucionalização e autonomização através da iniciativa de criação de um movimento social que funcione como partido político feminista. A metodologia de pesquisa utilizada será a qualitativa, com o uso de análise de conteúdo das postagens oficiais da #partida localizadas na web; também utilizam-se informações adquiridas em entrevistas realizadas com integrantes do eixo-sul buscando maiores informações sobre o movimento.

PALAVRAS CHAVE

Movimentos feministas. Feminismo Dialógico. Feminismo na Web. #partida feminista.

¹ Bacharela em Ciências Sociais (UFRGS). Mestranda em Ciência Política (UFRGS). E-mail: gabriela_scapini@hotmail.com

² Bacharela em Jornalismo (PUCRS). Mestranda em Ciência Política (UFRGS). E-mail: mayarabacelarr@gmail.com

³ Bacharela em Relações Internacionais (Unipampa). Mestranda em Ciência Política (UFRGS). E-mail: florenciaguarch@gmail.com

INTRODUÇÃO

No período recente assistimos uma série de manifestações de movimentos feministas organizados através da web, gerando uma ampliação das possibilidades de luta política (LÉVY, 1999; CASTELLS, 2015) e oportunizando a construção de diversos debates através do “feminismo na web” (FERREIRA, 2015), por meio da utilização de redes sociais e blogs que objetivam propagar ideias feministas. Nesse cenário observamos a existência de diversos “feminismos” que disputam o significado de como o movimento deve atuar no país (ALVAREZ, 2014; ADRIÃO, 2008).

É crucial destacarmos que essa lógica de disputas, observada agora no campo da web, também carrega pressupostos e discordâncias já existentes na própria história do movimento feminista brasileiro que, desde o seu desenvolvimento inicial, apresentou tensionamentos entre concepções distintas sobre os feminismos. Analisando os debates entre feministas institucionalistas e autonomistas percebe-se um primeiro embate cujas divergências centram-se na busca pelo direito ao voto das primeiras e, por outro lado, o objetivo de transformações estruturais defendidas pelas segundas. (COSTA, 2009).

As próprias ideias sobre qual a definição de feminismo também constituem um palco de longas lutas entre visões distintas no movimento desde seu princípio, seja no Brasil ou em outros países (ALVAREZ, 2014).

Os marcos teóricos feministas surgiram vinculados às visões liberais, que posteriormente foram criticados por outras vertentes – feminismos negro, radical, pós-colonial, decolonial. (DAHLBERG; SIAPERA, 2007). Partindo desse cenário centrado nos diversos debates feministas que circulam na web, na academia e entre os movimentos sociais, procura-se analisar a tentativa de construção de um partido feminista, “A #partidA FeministA”, ou simplesmente a #partidA. Fundada no ano de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, conta atualmente com treze comitês espalhados pelo Brasil e uma articulação feita majoritariamente por mecanismos de web, com a divulgação feita na página oficial de Facebook da #partidA ou no blog oficial. Do mesmo modo, suas militantes estão inseridas em círculos feministas variados, participando e promovendo eventos e reuniões com a finalidade de divulgar seu projeto político-partidário e, assim, recrutar um maior número de apoiadoras para a #partidA.

Tendo em vista a necessidade de conhecer o funcionamento e organização deste movimento partidário feminista e como ele tem operado no país, resgata-se neste trabalho a criação da #partidA e sua relação com as diferentes proposições teóricas e práticas feministas. Pressupondo a diversidade de feminismos e pautas distintas no movimento feminista contemporâneo, buscamos responder as seguintes questões ao longo deste trabalho: (a) Frente à pluralidade de concepções sobre os feminismos,

como o feminismo dialógico, ao qual a #partida se associa, é construído através da atuação das mulheres envolvidas no movimento?; (b) Quais são as estratégias adotadas pelas integrantes da #partida para a inserção de mulheres feministas na política institucional?; (c) Considerando que a #partida feminista surge como uma alternativa à dualidade autonomia versus institucionalização, como esse movimento tem construído novos sentidos para a militância feminista na atualidade?

A metodologia a ser adotada é essencialmente a qualitativa. Em um primeiro momento, será adotada a análise de conteúdo para investigar as diferentes postagens nas páginas de Facebook e do blog oficial da #partida, etapa onde busca-se também conhecer mais profundamente o movimento. Em seguida, lança-se mão de entrevista com uma integrante do movimento⁴ para detalhar a proposta deste projeto, bem como obter as respostas para as questões que norteiam esta pesquisa.

CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS NO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: INSTITUCIONALISTAS *VERSUS* AUTONOMISTAS

A relação do movimento feminista brasileiro com questões político-partidárias se desenvolveu de maneira distinta ao longo dos anos.

⁴ Um problema técnico com o aparelho onde a gravação da entrevista foi feita impediu a reprodução literal das palavras da entrevistada, mas as anotações realizadas durante a conversa mantiveram informações relevantes contidas em suas falas, por isso optamos por manter a entrevista como fonte deste trabalho.

O sufragismo à brasileira foi a tônica inaugural do movimento feminista no país, então formado por mulheres de elite motivadas pela demanda de inclusão do voto feminino na Constituição de 1891 (PINTO, 2003). Apesar da organização, elas não conseguiram o direito ao voto e sequer apareceram na Constituição (SOIHET, 2006; COSTA, 2013). Ainda assim, as sufragistas brasileiras criaram o Partido Republicano Feminino, fundado e extinto no ano de 1910, lideradas por Leolinda Daltro (KARAWEJCZYK, 2016).

O segundo marco na organização feminista foi em 1922 com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz, pertencente à elite e inserida nos círculos da alta política brasileira, tendo estabelecido laços com influentes políticos que possibilitaram a conquista do voto feminino no Brasil em 1932. (SOIHET, 2006; COSTA, 2013).

Contrastando com a trajetória sufragista, havia o movimento das mulheres operárias brasileiras, que reivindicava mudanças estruturais, na esteira ideológica socialista e anarquista. Combatiam a exploração das mulheres e criticavam as feministas institucionalistas, denunciando que tanto o direito ao voto como o de serem votadas estaria, na prática, restrito apenas às camadas abastadas do país (SCHMIDT, 1988; DA SILVA, 1996; RAGO, 1999).

A conquista do voto feminino ocorreu no ano de 1932, mas foi suspensa junto aos direitos políticos da população, em 1937, pelo golpe do Estado Novo. O processo democrático é restabelecido somente em 1945 (PINTO, 2003), porém, é novamente interrompido com o golpe civil-militar de 1964. É em meio a conjuntura repressiva do regime civil-militar instituído no país que o movimento feminista vai ser reorganizado e renovando através da entrada de novas mulheres e pautas, articuladas em torno do objetivo de combate à ditadura (DE MATOS, 1996; 2013).

A nova fase do feminismo brasileiro, nos anos 1970, tem como foco a resistência à ditadura, objetivando a recuperação dos direitos civis e políticos e a inserção de demandas sociais que afetavam diretamente a vida e autonomia de mulheres brasileiras (COLLING, 1997; SARTI, 2004). A década anterior foi marcada pela disseminação do uso da pílula anticoncepcional, pelo aumento na entrada de mulheres no mercado de trabalho formal, na organização de associações de bairro e clubes de mães, mulheres em armas. Em meio a essa conjuntura, grupos de mulheres se articularam buscando por soluções em relação ao alto custo de vida e de esclarecimentos sobre seus filhos desaparecidos (WOLFF; PEDRO; DA SILVA, 2016).

Nesse momento, a unificação do feminismo no Brasil se deu em torno dessas pautas. Em outros países, especialmente nos Estados

Unidos, era registrada uma efervescência política, sobretudo no período pós-Segunda Guerra Mundial, com as contestações levantadas pelos movimentos feministas radical e negro (THOMPSON, 2002; ROTH, 2004). A resistência contra a ditadura criou certa unidade no movimento feminista brasileiro, mas durante a redemocratização, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, gerou-se um impasse no movimento: ter ou não como aliados os partidos políticos neste novo momento e lançar mão da política institucional? Ou, “o” movimento feminista deve ser mantido no seu caráter autônomo e agindo como movimento de pressão no campo da política? (MANINI, 2012; COSTA, 2013).

A solução não foi unitária e parte do movimento optou por se alinhar com partidos políticos identificados com as pautas da esquerda. O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) são exemplos dos partidos que mais receberam feministas, em grande parte, mulheres que já estavam ligadas ao antigo MDB. Por outro lado, movimentos feministas se mantiveram enquanto grupos autônomos e se organizaram dentro das perspectivas teóricas dominantes naquele momento (liberais, radicais e marxistas) (PINTO, 2003; COSTA, 2013).

O desenvolvimento do movimento feminista brasileiro, portanto, pendeu ora para uma maior institucionalização, ora para uma maior autonomia. As inúmeras discussões sobre raça no movimento feminista

ainda configuram um traço contemporâneo que exemplifica transformações teóricas e práticas nas dinâmicas feministas. Assim, alçam ao debate novas perspectivas que consideram a experiência de mulheres que estiveram distantes do movimento (independentemente se institucionalizado ou autônomo) e demandam agora atenção às particularidades de suas vivências.

FEMINISMOS MÚLTIPLOS E PLURAIS: DAS DIVERGÊNCIAS ÀS RECOMPOSIÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

É impossível afirmar a existência de um único feminismo um movimento feminista unitário, devido às múltiplas teorias e diferentes entendimentos de como a luta feminista deve ser articulada na atualidade. Os embates teóricos não são exclusivos da contemporaneidade e podem ser percebidos desde processos anteriores, que constituem a base dessas diferentes visões e teorias feministas. Optamos aqui por falar em feminismos, reconhecendo a pluralidade de correntes teóricas que influenciam as dinâmicas contemporâneas do movimento (ou movimentos) feminista(s).

Exemplo dos embates teóricos e da proposta de sentidos diversos para o feminismo está no sufrágio brasileiro e na luta por representação política feminina institucional, que indicam uma visão liberal, contraposta pelas teorias anarquistas e socialistas das operárias. Esses primeiros debates entre correntes teóricas antagônicas estão relacionados com a própria lógica

dos debates feministas que ocorreram em outros países e que, igualmente, refletiram no Brasil. O reflexo das pautas debatidas nos Estados Unidos e na França ganha intensidade a partir de 1972, com os grupos de estudos feministas que se inspiravam nessas discussões, bem como na criação de jornais e revistas de resistência à ditadura (SARTI, 2004; GROSSI, 2004). Os grupos que circulavam no período eram mais voltados às mulheres letradas, pertencentes às elites - ainda que não exclusivamente (COSTA, 2013).

Assim, o campo teórico feminista contemporâneo é formado a partir da contribuição de autoras de diferentes matrizes para a área acadêmica e para a militância feministas. O feminismo socialista centra-se na percepção de que a exploração feminina pode ser associada à lógica capitalista exploratória. No Brasil, Heleieth Saffioti (1976) contribui para que se pense a mulher no contexto nacional a partir da perspectiva marxista (SAFFIOTI, 1976).

A partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, uma série de debates feministas dão início à chamada “segunda onda feminista”, na qual temas que antes eram tratados como pertencentes à esfera privada começam a ser questionados e publicizados. Sob o lema “o pessoal é político” diversas autoras passaram a abordar a dicotomia entre os âmbitos público e privado, denunciando a restrição das mulheres no acesso à esfera pública (DUARTE,

2006). A visão que ficou conhecida como Feminismo Radical também teve destaque no período. Estas teóricas lançam mão da teoria do patriarcado para explicar a raiz da opressão que afeta as mulheres, incluindo temas ligados à sexualidade (MILLET, 1970; FIRESTONE, 2003).

As feministas negras norte-americanas inserem críticas ao debate e são as responsáveis por incorporar novas categorias de análise aos debates de gênero, tais como classe e raça, interseccionando-as e evidenciando os fundamentos das estruturas de opressão das mulheres. Defendem que há mulheres, destacadamente as negras, que estão fora do chamado âmbito doméstico, trabalhando diariamente, sofrendo múltiplas opressões ligadas à ordem capitalista, racista e sexista (DAVIS, 2016; CALDWELL, 2010). No Brasil, as teóricas feministas negras protagonizaram importantes debates direcionados ao machismo e racismo, bem como ao próprio movimento feminista no país, conforme Carneiro (2003):

O viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. (GONZALEZ, apud BAIROS, 2000, p. 57).

Os debates do gênero enquanto categoria de análise histórica (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2003) transformam as teorias feministas e inserem novas perspectivas, para além do binarismo homem e mulher (DE MATOS, 2013). Críticas sobre a tentativa de construir um sujeito feminista universal foram elaboradas pelas feministas negras, latino-americanas, mulheres ligadas às ex-colônias, entre outras (MARIANO, 2005). Para elas, a unidade do feminismo em torno de uma categoria única é excludente, encobrindo opressões e desigualdades de poder entre mulheres. Essa desconstrução do sujeito do feminismo, por sua vez, não implica sua morte ou sua censura. Por outro lado, implica “liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias materiais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir” (BUTLER, 1998, p. 25).

Em meio a essas discussões, emerge a concepção feminista dialógica. Tal concepção é formulada por De Botton, Puigvert, Sanchez-Aroca (2005) e ancora-se na dialogicidade de Freire (2005) e na ação comunicativa de Habermas (1987). Em ambas perspectivas teóricas, a noção de diálogo assume centralidade. A proposta feminista dialógica liga-se à radicalização dos processos democráticos sem que as mulheres se encontrem homogeneizadas pela categoria única de mulheres. Assim, mulheres de diferentes culturas e origens sociais confrontam-se em um diálogo e constroem novos rumos

para o movimento feminista contemporâneo (CAMISÓN, 2008).

Importa aqui destacar que essas são algumas das concepções teóricas que circulam no meio acadêmico brasileiro e internacional, mas também no âmbito da sociedade civil e movimentos sociais, que atuam na capitalização de tais perspectivas. Atualmente a internet se apresenta como instrumento facilitador para uma maior difusão dessas ideias e movimentos, muitos articulados a partir do Facebook ou blogs feministas. Esses grupos divergem sobre bases teóricas as quais se afiliam e criam canais de debates e, ao mesmo tempo, “rachas” entre si, fragmentando-se a partir das visões teórico-práticas que adotam. Nesse sentido, Costa (2014), argumenta que:

Os grupos políticos não agem, no entanto, isoladamente. Vinculam-se a processos políticos muito maiores onde se identificam em torno de um projeto de vida social mais ou menos delineado. Este projeto pode se arrastar durante anos e ir ganhando novas formas à proporção que mais forças sociais o compõem e ganha, por isto, melhores definições políticas. Assim, nenhum grupo político tem um projeto de vida social isolado do contexto histórico, da perspectiva social em curso. E, também, é só nesta direção que adquire sentido a questão política (COSTA, 2014, p. 23).

A #partida feminista nasce entre as diferentes perspectivas teóricas, em meio ao efervescente contexto de criação dos novos grupos, com suas divergências teórico-práticas, bem como dos diferentes projetos de se fazer a luta política: institucional ou autônoma, liberal ou radical, inclusiva ou

exclusiva. Interessa saber se e como a #partidA lida com essa pluralidade ao propor o projeto político-partidário feminista dialógico, inclusivo, que canalize os anseios institucionalistas e autonomistas para a formação de uma democracia radical feminista.

A #PARTIDA FEMINISTA: ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PARTIDÁRIO FEMINISTA NO BRASIL

Quase 40 anos depois dos debates realizados durante a redemocratização do país, observa-se uma renovação constante no movimento feminista brasileiro. O advento da internet e o processo de globalização – apesar de ainda serem debates excludentes, considerando que mulheres marcadas pela raça e classe nem sempre estão inseridas nesses processos - aproximam os feminismos e suas posições teóricas e práticas. Tais discussões, levadas para a internet e para a academia, contribuem para que se (re)pense as lógicas de consonâncias e dissonâncias no movimento feminista brasileiro. A #partidA se insere nesse contexto onde parte das lutas feministas se articulam pela internet e buscam acomodar perspectivas diversas e mulheres de diferentes espectros sociais.

Para a análise da #partidA feminista aqui empreendida foram selecionados materiais das páginas oficiais de Facebook, no blog oficial

“PartidA feminista - Rio de Janeiro”⁵ e jornais/revistas que citaram a #partidA feminista. Também foi realizada entrevista com uma organizadora do comitê da #partidA, em Porto Alegre, no dia 12/10/2017. Foram localizadas 14 páginas no Facebook associadas ao movimento #partidA. Optou-se por verificar o conteúdo exposto na página intitulada “partidA”, vinculada ao núcleo nacional do projeto. As demais páginas dizem respeito às articulações estaduais do movimento. A coleta de dados totalizou 366 postagens no Facebook entre janeiro e setembro de 2017.

A maioria desse material é composta de compartilhamentos de conteúdos e livros voltados aos feminismos, criando uma rede informacional entre as envolvidas. Também foram pautados temas do campo da política representativa e suas implicações para as mulheres. Além disso, foi recorrente a divulgação de eventos promovidos pela própria #partidA feminista nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

No blog oficial, foram obtidas um total de 41 postagens entre novembro de 2016 e novembro de 2017, onde se constata o mesmo padrão de divulgação. As postagens mais recorrentes do blog retratam as atividades da #partidA, especialmente no Rio de Janeiro. Apresentam também textos que discutem pautas do movimento feminista e suas intersecções, sejam voltadas à raça, etnia, classe ou religião. A situação das mulheres negra,

⁵ O blog PartidA Feminista - Rio de Janeiro foi lançado em novembro de 2016 e serve como um projeto piloto da partidA Rio, contando com a colaboração de militantes do Brasil (e de outros países). Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/> Acessado em 03 junho de 2017.

indígena, quilombola e campesina apareceu significativamente no conteúdo analisado, com 88% dos posts abordando algum desses temas.

A #partidA feminista surgiu em maio de 2015 com a proposta de formação de um movimento feminista com o objetivo de inserir mulheres feministas em diferentes espaços de poder; a ocupação dos espaços tradicionais por mulheres feministas constitui uma das principais estratégias para radicalizar a democracia. A #partidA é considerada por suas integrantes como uma ideia, um conceito político em aberto “pronta a ser pensada a partir da percepção das mulheres (em seu sentido ético, estético e político mais amplo) que, na consciência da questão de gênero, se tornam feministas”. (TIBURI, 2016a). No movimento é compartilhada a noção do feminismo dialógico, onde por meio da discussão e da compreensão da pluralidade de mulheres e feminismos torna-se possível alcançar à democracia radical feminista.

As entrevistas e materiais de análise apontam que a #partidA se apresenta como uma alternativa que busca superar a dicotomia institucionalização versus autonomização. Ciente das críticas às instituições partidárias, a #partidA procura agir como um movimento que funciona tal qual um partido, reconhecendo que os últimos constituem organizações que permitem acessar o campo decisório. Assim, por aceitar a importância da ocupação de espaços tradicionais com as “minorias”, a #partidA também

evita atuar apenas como um movimento social (TIBURI, 2016a).

A proposta inicial para o movimento surgiu na cidade do Rio de Janeiro, a partir da ação de intelectuais e militantes feministas, tal como Márcia Tiburi⁶, Vilma Piedade⁷, e outras mulheres. Até realização deste trabalho, a #partidA contava com comitês nos municípios do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Manaus (AM), Recife (PE), Aracaju (SE), Salvador (BA) e Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Belém (PA) e Palmas (TO). Cada comitê tem autonomia para gerenciar suas respectivas páginas e organizar eventos, por isso foram constatadas variações regionais na formação da #partidA. As discussões sobre a situação e empoderamento político institucional da mulher indígena, por exemplo, são recorrentes na página partidAmazonas. Os demais comitês incluem demandas sobre representação política feminina e se organizam para combater discriminações que afetam as mulheres, além de discutirem sobre a situação da mulher negra, tema presente na maioria dos eventos organizados pelos comitês.

O nome “a partidA feminista” ou simplesmente a #partidA surgiu em discussões travadas entre as organizadoras, que sugeriam a criação de um partido político feminista que pudesse dar visibilidade às pautas sobre

⁶ Marcia Tiburi é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia (UFRGS, 1999). Disponível em <http://www.marciatiburi.com.br/#biografia>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

⁷ Vilma Piedade é pós-graduada em Ciência da Literatura pela UFRJ, integrante da Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB). Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dororidade-vilma-piedade/>. Acesso em 28 de março de 2018.

representação feminina e, por meio da ocupação do campo político por feministas, incidisse na transformação da democracia. Parcela importante das envolvidas na concepção do projeto considerava o campo político-institucional um espaço negativo e excludente, que não aceita a participação de minorias sociais, como as mulheres, constituindo um local masculino e reprodutor da estrutura patriarcal. Buscando solucionar o impasse entre institucionalizar ou não o movimento oficializando-o como um partido político, foi sugerida a criação de uma #partidA feminista inclusiva, participativa e horizontal, conforme explica Márcia Tiburi em entrevista sobre o surgimento da iniciativa:

Em vez de um P maiúsculo no começo da palavra, um A maiúsculo ao final é a grafia de uma provocação reflexivo-política. Por um lado, a intenção é marcar seu caráter feminino, por outro lado, pretende-se definir uma inversão, um ponto de quebra, a marca de uma outra relevância política. Politizado, o feminino se torna “feminismo”. A partidA seria um partido feminista orientado pela politização, sobretudo, das mulheres como sujeito do feminismo, enquanto elas se tornam conscientes do atravessamento de gênero – e dos operadores de raça, classe, sexualidade, plasticidade ou idade – na cultura, nos corpos, na vida (TIBURI, 2016b).

Com base no material localizado na página oficial do movimento, são constatados vinte pontos que abordam os compromissos da #partidA, entre os quais destacamos: a radicalização e transformação do cenário político, cultural, social e econômico do Brasil a partir da perspectiva feminista; a

defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; a resistência ao poder patriarcal, à dominação masculina e ao racismo; a defesa do estado laico e o respeito às religiões; a transformação dos estereótipos de gênero que dificultam o acesso das mulheres à política. Observa-se que os compromissos construídos na #partidA são marcados pela interseccionalidade e reconhecem a pluralidade de mulheres e diferentes pautas que compõem o campo feminista.

Logo após a formação da iniciativa, o objetivo das organizadoras foi o de lançar a #partidA como um partido político efetivo e competitivo já nas eleições de 2016. Após vários debates, as militantes optaram por articular uma segunda estratégia: selecionar candidatas feministas filiadas a partidos já existentes para receberem o apoio da #partidA para os cargos de prefeita e vereadora desse pleito. De acordo com a integrante entrevistada, a questão regional implica a articulação de parcerias locais com partidos distintos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, há uma aproximação com o PCdoB, um dos partidos que mais recebe apoio da #partidA. No caso de São Paulo e Rio de Janeiro o PSOL tem se aproximado do movimento com maior força.

Nas eleições de 2016, a #partidA apoiou cerca de dez candidatas. Entre as candidatas eleitas, estão a vereadora Áurea Carolina (PSOL/BH), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Juliana Cardoso (PT/SP), Marielle Franco⁸ (PSOL/RJ). Todas se autoidentificam como feministas e defendem projetos políticos

⁸ Marielle Franco foi assassinada em 14 de março de 2018, durante seu mandato de vereadora, e sob circunstâncias inexplicadas pelos investigadores até a conclusão deste artigo.

inclusivos para as minorias sociais. A atuação política de Marielle Franco demonstra a ênfase na inclusão das minorias para transformação da política institucional, conforme exprime o trecho abaixo, retirado do blog da #partida:

Os poderosos do Brasil temem nossa força e querem asfixiar as conquistas que vieram das lutas populares, tentando estreitar as frestas democráticas existentes. Mas nós, mulheres, negras, das periferias, ponta de lança das transformações e de um mundo melhor, vamos enfrentar esse disparate autoritário. **Porque nós somos potência, somos coletividade, somos capazes de transformar profundamente a política** (FRANCO, 2017/grifo da autora).

Neste trabalho, busca-se compreender como as integrantes da #partida constroem suas estratégias para que o movimento cresça e eleja mulheres feministas na política institucional. Essa estratégia é dividida em quatro eixos, conforme os documentos fornecidos pela entrevistada: organização, comunicação, formação, articulação/mobilização. A organização ocorre de maneira horizontal, com um processo radical democrático para as tomadas de decisões. Essa conduta é associada à perspectiva feminista dialógica adotada pelas integrantes, que visa romper com dicotomias e inserir o diálogo na base da construção democrática. A busca pelo “feminismo dialógico” implica o conhecimento dos pontos de contato no contexto plural dos feminismos (TIBURI, 2016a; 2017). Assim, são criados grupos de trabalho a fim de facilitar a comunicação e a acolhida de novas integrantes.

A comunicação é dividida entre o eixo interno, que circula entre as integrantes; e a comunicação externa, voltada para as estratégias das páginas na web. Os posts analisados e a entrevista realizada indicam a importância da colaboração entre as integrantes para a manutenção da página do Facebook, com alternância entre quem é responsável pela publicação, e entre os conteúdos publicados.

Por meio da articulação e mobilização, buscam-se negociações com partidos políticos e mulheres envolvidas no campo político institucional. Militantes feministas encontram-se estão entre as mulheres com quem a #partidA busca articular-se e ampliar o diálogo. O movimento opta pela pluralidade, apontando a necessidade de articulação com organizações partidárias progressistas e da esquerda, evitando a ligação com apenas um partido político, conforme ilustram as já mencionadas candidaturas apoiadas em 2016 pela #partidA. Em suma, os pilares nos quais se baseiam enquanto movimento/partido político são: a construção da democracia radical feminista, através da ocupação por mulheres nos espaços de poder. Tais bases igualmente são orientadas pela concepção feminista dialógica e consideram a importância de diferentes mulheres construindo para a construção de um espaço deliberativo.

(...) como vamos conseguir, de fato, construir um Feminismo Dialógico Interseccional se nossa história e nossos valores civilizatórios não forem incorporados nas práticas e ações do Feminismo? Pra ser Dialógico Interseccional, o Feminismo precisa mudar ainda mais a cor, ela precisa ficar mais preta. São muitos tons de Pretas (PIEDADE, 2017).

O quarto eixo se concentra na formação das integrantes e tem como princípio uma capacitação conjuntural com a partilha de saberes e que reconheça a pluralidade de mulheres existentes. É priorizada a formação feminista nas áreas de Direitos Humanos, legislação eleitoral, funcionamento do processo legislativo, impactos de uma reforma política. Na entrevista, foi destacada a busca das integrantes da #partidA por formas de comunicação mais acessíveis e que expressem as pautas feministas para o público geral.

Assim, nos quatro eixos ora identificados, se constata que a comunicação e o diálogo entre as integrantes da #partidA feminista assumem centralidade, o que está relacionado à perspectiva feminista dialógica compartilhada por elas e assumida como uma metodologia de trabalho coletivo, que inclui as diferentes e mutáveis perspectivas para atuação política, como argumenta Camisón (2008): “debatir, relacionarnos, ir conociéndonos, comprender las razones y los argumentos de los demás, crear puntos de unión que superen las diferencias, consensuar objetivos, debatir sobre qué derechos igualitarios colectivos deben de acordarse” (CAMISÓN, 2008, p. 03).

A escolha das candidatas que serão apoiadas pela #partidA ocorre por meio de deliberação entre as integrantes do projeto, segundo relato da entrevistada. A preferência é apoiar as candidatas que já estão participando em comitês regionais e que desejam atuar como representantes políticas.

Também buscam o recrutamento de mulheres envolvidas em comunidades e que atuam como líderes locais (comunitárias ou de movimentos sociais). Em outros casos, a #partidA é procurada por candidatas que já estão em campanha e que desejam ampliar a margem de votos com a contribuição da #partidA, fato ocorrido no ano de 2016. Em tal situação, as integrantes do movimento/partido discutiram e decidiram conjuntamente em dar ou não seu apoio.

Em maio de 2016, já se discutia no movimento quais posições seriam adotadas, bem como quais pré-candidatas seriam apoiadas pela #partidA nas eleições de 2018. O ano de 2018 é considerado um marco fundamental para a transformação do campo político e da inclusão de mulheres feministas (TIBURI, 2016c). O contexto político instável e as reformas políticas recentes inibem a participação de novos partidos na política brasileira, gerando dificuldade para que a #partidA funcione efetivamente como partido e receba recursos do fundo partidário. É preciso ponderar que o acesso ao financiamento eleitoral vem sendo apontado pela literatura como quesito decisivo para a conquista de cargo eletivos, especialmente no caso de candidatas mulheres, que têm recebido menos recursos para suas campanhas do que candidatos homens, agravando-se no caso das campanhas de mulheres não-brancas, para quem as verbas eleitorais são ainda mais escassas (SAMUELS, 2006; LEMOS, MARCELINO, PEDERIVA, 2010;

SACCHET e SPECK, 2012; CAMPOS; MACHADO, 2015).

A entrevista e os demais dados coletados demonstram que as organizadoras da #partidA possuem um envolvimento substancial com o campo político. Em grande parte, os comitês são liderados por mulheres com certa *expertise política*⁹, que atuaram (ou ainda atuam) em outros partidos. Até a conclusão deste trabalho, dois encontros nacionais foram articulados pela #partidA. Na análise da página #partidA, no Facebook, localizou-se que o I Encontro Nacional da #partidA FeministA foi realizado entre os dias 30 de abril e 1º de maio de 2016 e contou com a presença de diversas mulheres ligadas ao ativismo feminista. Pautaram suas principais estratégias e discutiram sobre os rumos e o significado do movimento na atualidade. “a #partidA para mim é uma experiência política de protagonização das feministas que desejam construir a #partida, essa protagonização envolve sempre e de maneira metodógica, o protagonismo da outra” (TIBURI, 2016c). De forma semelhante, o II Encontro Nacional da #partidA Feminista foi realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 2017 e contou com a presença de mais de cinquenta integrantes de diversos locais do país. Entre elas, estiveram as vereadoras Marielle Franco (PSOL/RJ) e Áurea Caroline (PSOL/BH), professoras de

⁹ Entende-se, neste caso, por *Expertise Política* o envolvimento das organizadoras da #PartidA com o jogo político, bem como as regras para os procedimentos. Para mais informações sobre o conceito acesse: *The Politics of Expertise*. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1057%2F9781403977229_4. Acesso em 19 de novembro de 2017.

universidades e ativistas ligadas ao movimento feminista e negro.

No comitê da cidade de Porto Alegre (RS) cerca de trinta mulheres atuam na #partidA, com uma “cúpula” formada a partir da atividade das mulheres mais participativas e atuantes. Segundo M., a entrevistada vinculada ao movimento, o comitê porto-alegrense foi formado em 2015, quando mulheres interessadas no projeto entraram em contato com Márcia Tiburi para falar sobre a criação da #partidA. Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com micro-organizações da #partidA nos municípios Caxias do Sul, Rio Grande e Santa Maria, entre outros. A entrevistada apontou que os comitês das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são os mais ativos, desenvolvendo constantes atividades e contando com mais mulheres atuantes.

O personalismo na política brasileira não é um fato isolado, constituindo uma manifestação observada em diversos momentos da história do país em partidos políticos tanto da esquerda quanto da direita (BAQUERO, 2001). A figura de Márcia aparece como principal liderança da #partidA na análise das páginas de Facebook/blog e na entrevista realizada com uma integrante do movimento. Contudo, as participantes têm buscado demonstrar que o movimento/partido político não é resumido apenas à figura da filósofa e compreende uma pluralidade de integrantes e pautas.

Apesar do empenho de suas integrantes em desenvolver o partido/

movimento, a #partidA encontra algumas resistências. Por um lado, existe a recusa de segmentos feministas brasileiros ao campo da política representativa como palco para a solução das desigualdades que afetam as mulheres. Por outro, a #partidA enfrenta desafios impostos pelo machismo/sexismo ainda presente em partidos ligados à esquerda e que inibem a participação feminina na política (GROSSI e MIGUEL, 2001; ARAÚJO, 2005). Tal constatação dialoga com as dificuldades relatadas pelas integrantes da #partidA e serve como principal justificativa para a criação de um partido político feminista e liderado por mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar os debates e afiliações teóricas que emergem a partir da criação de um projeto político-partidário feminista, qual seja, a #partidA e como esta se organiza para atuar no jogo institucional. As trajetórias dos diferentes movimentos feministas brasileiros e suas interlocuções com a tentativa de institucionalização do feminismo são tensões manifestas nos embates entre visões de como “o” movimento deveria atuar, seja por uma perspectiva mais institucionalista ou autonomista. Nesse sentido, estão inseridos também os diferentes debates sobre qual corrente teórica feminista deve ou não ser adotada. Até certo ponto, essas tendências

que circulam em diferentes espaços, como na web, no meio acadêmico e entre os movimentos sociais, podem ser resumidas, grosso modo, nas seguintes questões: “qual opressão é mais importante?”, ou “o que deve ser enfrentado na atualidade?”.

A #partida feminista propõe a utopia de uma possível solução: transformar a política (ou o campo político-institucional) em uma democracia radical e feminista. Para elas, a transformação só vai ser possível quando mais mulheres feministas estiverem ocupando postos de poder e revolucionando esses espaços. Em seus três anos de existência, a #partida política tem mostrado avanços na tentativa de incorporar a representação feminina no campo político e manter, paralelamente, o seu caráter autônomo e horizontal de deliberação. A #partida pode ser relacionada ao movimento de ampliação e capilarização proporcionado pelo feminismo que se desenvolve na web, ao mesmo tempo que busca pela política e articulação “cara a cara” para a criação do projeto democrático radical e feminista. Um dos principais desafios enfrentados pelo projeto analisado, para além dos já apontados, é o avanço do conservadorismo em diferentes campos que tem colocado em xeque as instituições democráticas e o que se entende por democracia.

O projeto da #partida feminista, ainda em construção, rompe com a suposta oposição entre a unidade do feminismo em torno da existência do

“sujeito universal do feminismo” *versus* a ideia de que se não há um sujeito do feminismo, a luta política feminista é anulada. A #partidA tem demonstrado, conforme as análises aqui realizadas apontam, que é possível lutar por uma transformação democrática radical com a inclusão de mulheres nos espaços da política sem que, com isso, sejam produzidos universalismos sobre o significado de “mulheres”; a pluralidade e a diversidade ainda encontram-se presentes nas discussões teóricas e práticas da #partidA feminista.

Ainda é cedo para apontar se a #PartidA está conseguindo promover uma mudança no que se refere à inclusão de mulheres na política institucional brasileira (ou que dimensão teria tal mudança). Considerando que o movimento apoiou candidaturas femininas que se consagraram vitoriosas nas eleições municipais de 2016, pode-se constatar que a articulação proposta por esse projeto político-partidário alça ao debate público questões que mobilizam a militância feminista. Assim, contribui para a repercussão de pautas de interesse das mulheres, seja pela militância promovida na internet, seja pelo apoio a políticas feministas que atuarão nos espaços tradicionais de poder.

REFERÊNCIAS

ABREU, Zina. 2002. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada. v. VI p. 443-469.

ADRIÃO, Karla Galvão. 2008. *Encontros do Feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ALVAREZ, Sonia. 2014. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu*, Campinas. v. 43, p. 13-56.

ARAÚJO, Clara. 2005. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba. n. 24.

BAIROS, Luiza. 2000. Lembrando Lelia Gonzalez. Em WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro, Criola/Pallas.

BAQUERO, Marcello. 2001. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo em perspectiva, Porto Alegre. v. 15, n. 4, p. 98-104.

BUTLER, Judith. 1998. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo. *cadernos pagu*, Campinas. n. 11, p. 11-42.

BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Record.

CALDWELL, Kia Lilly. 2010. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Uberlândia. v. 1, n. 1, p. 18-27.

CAMISÓN, Miren Goienetxea. 2008. Feminismo Dialógico. *Recreate: Revista Internacional de Creatividad Aplicada Total*. Barcelona.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. 2017. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. v. 25, n. 61, p. 125-142.

CANOFRE, Fernanda. 2015. *Márcia Tiburi e a #partida*: A única democracia concreta e radical é feminista, é negra, é trabalhadora. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/marcia-tiburi-e-a-partida-a-unica-democracia-concreta-e-radical-e-feminista-e-negra-e-trabalhadora/>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

CARNEIRO, Sueli. 2003. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, São Paulo. v. 17, n. 49, p. 117-133.

CASTELLS, Manuel. 2015. *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. New Jersey: John Wiley & Sons.

COLLING, Ana Maria. 1997. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

COSTA, Ana Alice Alcântara. 2009. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. Labrys, *Revista estudos feministas*. Florianópolis. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____. 2013. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói. v. 5, n. 2.

_____. 2014. Duas faces da participação política da Mulheres. *Revista feminimos*. Bahia. Vol.2, N.2, Maio - Ago. p. 23-30.

DA SILVA, Maria Amélia Gonçalves. 1996. Rompendo o silêncio: A participação feminina no Movimento Operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre. v. 22, n. 2, p. 157-176.

DAHLBERG, Lincoln; SIAPER, Eugenia (Ed.). 2007. *Radical democracy and the Internet: Interrogating theory and practice*. London: Springer.

DAVIS, Angela. 2016. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial.

DE BOTTON, Lena; PUIGVERT, Lídia; SÁNCHEZ-ARCA, Montse. 2005. *The inclusion of other women: Breaking the silence through dialogic learning*. Berlin: Springer Science & Business Media.

DE MATOS, Maria Izilda Santos. 1996. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 3, n. 1/2, p. 35-50.

_____. 2013. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, v. 19, n. 19, p. 5-15.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. 2006. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 14, n. 1, p. 287-293.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. 2015. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *cadernos pagu*. Campinas, V. 44, p. 233-263.

FIRESTONE, Shulamith. 2003. *The dialectic of sex: The case for feminist revolution*. New York: Farrar, Straus and Giroux.

FRANCO, Marielle. 2016. *Por que ser feminista hoje? Parte I Marielle Franco*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gIY35Z09IM0>. Acesso em 25 de março de 2018.

FRANCO, Marielle. 2017. *Dizemos não ao distritão*. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2017/08/23/dizemos-nao-ao-distritao/>. Acesso em 28 de março de 2018.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia. 2001. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. v. 9, n. 1, p. 167-206.

GROSSI, Miriam Pillar. 2004. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. V. 12, pp. 211-221.

JABARDO, Mercedes. (Ed). 2012. *Feminismos negros: una antología*. Madrid. Traficantes de Sueños.

KARAWEJCZYK, Mônica. 2016. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus-Revista de História*, Juiz de Fora. v. 20, n. 1.

LEMONS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. 2010. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opinião pública*, Campinas. v. 16, n. 2, p. 366-393.

LÉVY, Pierre. 1999. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.

MANINI, Daniela. 2012. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, Campinas. v. 2, n. 3/4.

MARIANO, Silvana Aparecida. 2005. The subject of feminism and post-structuralism. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 13, n. 3, p. 483-505.

MILENA, Lilian. 2016. *Feminismo não é ideologia, afirma Marcia Tiburi*. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/feminismo-nao-e-ideologia-afirma-marcia-tiburi>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

MILLETT, Kate. 1970. *Sexual politics*. Illinois: University of Illinois Press.

NICHOLSON, Linda. 2000. Interpretando o gênero. Tradução Luiz Felipe Guimarães Soares. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 8, n. 2.

PARTIDA. Disponível em: https://www.facebook.com/sigapartida/?ref=br_rs. Acesso em 10 de junho de 2017.

PARTIDAMAZONAS. Disponível em: <https://www.facebook.com/partidAmazonas/>. Acesso em 12 de junho de 2017.

PARTIDA PORTO ALEGRE RS. Disponível em: <https://www.facebook.com/PartidaPortoAlegreRS/>. Acesso em 08 de junho de 2017.

PIEIDADE, Vilma. 2017. *Caminhando para resistir: sobre racismos religioso, dororidade e feminismo*. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2017/09/28/caminhando-para-resistir-sobre-racismo-religioso-dororidade-e-feminismo/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

PINTO, Céli Regina J. 2003. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.

RAGO, Margareth. “A ‘nova’ historiografia Brasileira”, Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999, p.73-96.

ROTH, Benita. 2004. *Separate roads to feminism: Black, Chicana, and White feminist movements in America's second wave*. Cambridge: Cambridge University Press.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. 2012. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, Campinas. v. 18, n. 1, p. 177-197.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. 1976. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes.

SAMUELS, David. 2006. Financiamento de campanha no Brasil e proposta de reforma. *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 133-153.

SARTI, Cynthia. 2004. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis. V. 12, n. 2. p. 35-50.

SCHMIDT, Benito Bisso. 1998. Companheiras!: as mulheres e o movimento operário brasileiro (1889-1930). *Colóquios de História Canário Americana*. Sevilha. v. 13, n. 13, p. 1458-1469.

SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99.

SOIHET, Rachel. 2006. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação ANPED*, Rio de Janeiro, nº 15, número especial, Ed. Autores Associados

THOMPSON, Becky. 2002. Multiracial feminism: Recasting the chronology of second wave feminism. *Feminist Studies*, v. 28, n. 2, p. 337-360.

TIBURI, Marcia. 2016a. *partida, um movimento feminista feito de alegria política*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/partida-um-movimento-feminista-feito-de-alegria-politica/> Acesso em 03 de novembro de 2017.

TIBURI, Marcia. 2016b. *partida feminista*. Disponível em: <https://partidanet.wordpress.com/2016/11/19/partida-feminista/>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

TIBURI, Marcia. 2016c. *I Encontro Nacional da #partida feminista*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lnv2J5DxgTg>. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

TIBURI, Marcia. 2017. *Marcia Tiburi Contextualiza Feminismo Dialógico*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hTpeIZtSi2Q>. Acesso em 29 de fevereiro de 2018.

TONG, Rosemarie. 2013. *Feminist thought: A more comprehensive introduction*. Boulder: Westview Press.

VICENTE, Terezinha. 2015. *#Partida por uma democracia feminista*. Disponível em: <https://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5346-partida-por-uma-democracia-feminista>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; DA SILVA, Janine Gomes. 2016. "Gendered" Memories: Women's Narratives from the Southern Cone. In: *Memory, Subjectivities, and Representation*. Palgrave Macmillan. p. 57-73.

DYNAMICS OF CONTEMPORARY FEMINISM: AN ANALYSIS OF THE BUILDING OF THE #PARTIDA POLITICAL PARTY (2015-2017)

ABSTRACT

The Brazilian feminist movement has grown substantially in recent years. The diversity of feminist blogs and different articulations made possible by feminism on the web have contributed to the growth and strengthening of the movement in the country. In view of this situation, in the year 2015, one witnessed the emergence of a feminist political project at the partisan level: the project #partidA was created, an attempt to form a political party linked to feminism. Bringing a feminist ethical-political proposal of radical democracy, #partidA is formed by militants and intellectuals from various regions of the country who articulate themselves mainly through web mechanisms. The aim of this work is to analyze the construction of this new political party, rescuing its formation and recent trajectory and verifying how this movement emerges as an alternative that seeks to overcome the dichotomy between institutionalization and autonomization through the initiative of creating a social movement that works as a feminist political party. The research methodology was qualitative, with the use of content analysis of official #partidA posts located on the web; information acquired in interviews with members of the south axis of the party is also used to obtain more information about the movement.

KEYWORDS

Feminist Movements. Dialogical Feminism. Web Feminism. #partidA
feministA

DINÁMICAS DEL FEMENISMO CONTEMPORÁNEO: ANÁLISIS DE LA FORMACIÓN DE LA #PARTIDA (2015-2017)

RESUMEN

El movimiento feminista brasileño ha crecido substancialmente en los últimos años. La diversidad de blogs feministas y distintas formas de articulación han que han sido posibles por el feminismo en la web han contribuído para el crecimiento y fortalecimiento del movimiento en el país. Frente a esta conyuntura el año de 2015 observó la emergencia de un partido político vinculado ao feminismo. Con una propuesta ético-políyica feminista de democracia radical la #partidA es formada por militantes e intelectuales de diversas regiones del país que se articulan, en su mayor parte, por internet. En este trabajo nos proponemos a analizar la construcción de este nuevo partido político, resgatando su formación y trayectoria verificando como este movimiento surge como una alternativa que propone superar la dicotomía entre institucionalición y autonomización através de la iniciativa de creación de un movimiento radical que funcione como partido político feminista. La metodología utilizada será cualitativa, con el uso de análisis de contenido de las informaciones oficiales de #partidA localizadas en la web; también utilizaremos informaciones adquiridas en entrevistas realizadas con integrantes de la región sur buscando más informaciones sobre el movimiento.

PALABRAS-CLAVE

Movimientos Feministas. Feminismo Dialógico. Feminismos en la Web. #partidAfeministA.

